

DESPACHO

Assunto: Registro de preços visando a eventual e futura aquisição de material elétrico e eletrônico para operação, melhorias, manutenção e expansão do Sistema de Iluminação Pública do Município de Itarana/ES.

De: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Para: Setor de Licitações – Agente de Contratação e Pregoeiro

Processo de origem: Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Requerimento nº: 004422/2024

Prezados,

Conforme Despacho realizado por esse Setor de Licitações – Agente de Contratação e Pregoeiro, retorno o Processo com a devida resposta às impugnações e pedido de esclarecimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 027/2024, cujo objeto é para Registro de Preços para futura aquisição de material elétrico e eletrônico para operação, melhorias, manutenção e expansão do Sistema de Iluminação Pública do Município de Itarana/ES:

IMPUGNAÇÃO 01

EMPRESA: TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA - EPP

CNPJ. nº 56.004.897/0001-86

ALEGAÇÃO: A empresa solicita de forma alternativa, a inclusão de apresentação de amostras dos produtos como comprovação da capacidade técnica.

ANÁLISE SMTOSU

Não há que se falar em amostras como comprovação da capacidade técnica. Não está sendo avaliado a qualidade do produto, e sim a experiência e competência de uma empresa em determinada área, onde, a empresa vencedora possui as condições necessárias para cumprir as obrigações contratuais.



Por outro lado, o objetivo da amostra é verificar a conformidade do objeto com as especificações do edital e garantir a qualidade do produto ou serviço a ser contratado.

Realizando uma prudente análise da questão levantada, a fim de garantir a total legalidade e atendimento ao interesse público, verificamos que o edital em análise dispõe o que segue:

EDITAL

“9.11.1. Para fins de qualificação técnica, deverá ser apresentado no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica comprovando que o licitante executou contratação compatível com as características indicadas no Termo de Referência”

TERMO DE REFERENCIA

“10.2.4 Habilitação Técnica

10.2.4.1 Comprovação de que a licitante forneceu, sem restrição, materiais iguais ou semelhantes aos indicados no edital e Termo de Referência.

10.2.4.2 A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) atestado (s) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido (s) por empresa, órgãos ou entidades da Administração Pública, que comprove (m) a aptidão para o fornecimento compatível com as características indicadas neste termo de referência.”

De uma simples leitura do dispositivo editalício, é possível observar-se que não há qualquer direcionamento da exigência do atestado de capacidade técnica, pois não exige objeto idênticos aos itens licitados e nas quantidades licitadas, e sem exigência de quantidade mínima.

De outro lado, observamos que tal exigência também está totalmente legal, pois, o atestado serve para para indicar a experiência anteriores da licitante permanente da sua atividade empresarial, cuja conjugação de diferentes fatores econômicos, gerenciais e operacionais conduz ao desenvolvimento de atributos próprios, e a habilita a executar encargos análogos ou compatíveis com o objeto da licitação.



Nas palavras de Marçal Justen Filho, a qualificação técnica “envolve a comprovação de que a empresa como unidade jurídica e econômica, participou anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada pela Administração Pública”.

Tal determinação destina-se a assegurar o vínculo de pertinência entre a exigência de experiência anterior e o objeto licitado. Reside em que a comprovação de experiência anterior como requisito de habilitação.

Dessa forma, sou pelo não acolhimento da Impugnação apresentada pela empresa TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA – EPP.

IMPUGNAÇÃO 02

EMPRESA: D.M.P. EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ. nº 38.874.848/0001-12

ALEGAÇÕES:

- 1) A empresa alega que o instrumento convocatório concentra-se apenas na solicitação de que as luminárias públicas de led, sejam fornecidas com difusor em vidro temperado transparente. Solicita que seja aceitas luminárias com lente em policarbonato, desde que protejam o conjunto óptico em sua totalidade sem a necessidade refrator em vidro.
- 2) Que sejam aceitos parafuso em aço galvanizado, desde que sejam apresentados na qualificação técnica TESTE DE CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO À NEVOA SALINA NEUTRA de atendemos o ASTM B 117, ed. 18.

ANÁLISE SMTOSU

Após ciência e análise da Impugnação da Empresa D.M.P. Equipamentos, temos a informar que acatamos a impugnação e, solicitamos publicar ERRATA com alteração na especificação do objeto, tudo para adequar melhor ao mercado.



Acrescenta-se a Especificação:

Lotes 0003, 0004, 0005, 0008 e 0009

.... Serão aceitas luminárias com lente em policarbonato, desde que protejam o conjunto óptico em sua totalidade sem a necessidade refrator em vidro;

..... Serão aceitos parafusos, porcas e outras partes de fixação em aço galvanizado, desde que sejam apresentados na qualificação técnica TESTE DE CORROSÃO POR EXPOSIÇÃO À NEVOA SALINA NEUTRA de atendemos o ASTM B 117, ed. 18;

ESCLARECIMENTO

EMPRESA: GRUPO AALOK

aalok.com.br

ALEGAÇÃO: A empresa solicita a justificativa da exigência de certificação PROCEL, alegando que o selo INMETRO já seria o suficiente.

ANÁLISE SMTOSU

EXIGÊNCIA DO SELO PROCEL

O artigo 5º, caput, da Lei Federal n.º 14.133/21 estabelece que a licitação tem a finalidade de garantir a observância, entre outros, do princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e do princípio do desenvolvimento nacional sustentável.

A proposta mais vantajosa para a Administração Pública contratante nem sempre será simplesmente aquela detentora do menor preço. Além dos custos adequados, os produtos e os serviços contratados pelos entes públicos devem, necessariamente, ter boa qualidade e serem confiáveis. De nada serve contratar produtos ou serviços com preços extremamente reduzidos, verdadeiras barganhas, porém inadequados para atender as necessidades do poder público.



O Decreto Federal n.º 7.746/2012 regulamenta o artigo 5º da Lei Federal n.º 14.133/21, com o fito de instituir “critérios e práticas para promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública”. De acordo com artigo 4º, inciso III, do diploma em tela, consideram-se critérios e práticas sustentáveis, entre outros, “maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia”. Ainda conforme o Decreto Federal n.º 7.746/2012, pode a Administração Pública “exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.” Mais adiante, o artigo 8º, caput, daquele mesmo texto normativo diz o seguinte: **“A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.”** (grifo nosso).

Nem sempre os diversos órgãos da Administração Pública possuem seus próprios critérios e métodos de avaliação de produtos e de serviços sob o ponto de vista da sustentabilidade. Isso decorre, em geral, da complexidade desses exames e da consequente necessidade de possuir estruturas físicas e bases de conhecimento para os levar a efeito.

Diante de tal realidade, a melhor opção dos entes contratantes é basear-se em sistemas de avaliação e de certificação já estabelecidos e tradicionais. O Selo PROCEL de Economia de Energia, de confiabilidade reconhecida, faz parte de um desses sistemas e é muito utilizado como referência.

O Selo PROCEL de Economia de Energia tem como objetivo servir como ferramenta simples e eficaz para permitir a distinção, entre os equipamentos e eletrodomésticos vendidos no mercado, daqueles mais eficientes e que menos consomem energia elétrica. O Selo PROCEL foi criado pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL e instituído por Decreto do Poder Executivo Federal em 8 de dezembro de 1993. (<http://www.procelinfo.com.br/main.asp?TeamID={88A19AD9-04C6-43FC-BA2E99B27EF54632}>}, em 19/10/2022). O PROCEL, conforme a Portaria



Interministerial n.º 1.877/1985, que o instituiu, destina-se a: [...] integrar as ações visando à conservação de energia elétrica no País, dentro de uma visão abrangente e coordenada, maximizando seus resultados e promovendo um amplo espectro de novas iniciativas, avaliadas à luz de um rigoroso teste de oportunidade, prioridade e economicidade.

Os equipamentos/produtos candidatos a receber o Selo PROCEL de Economia de Energia devem ser submetidos a testes em laboratórios previamente habilitados a os realizar. Para embasar os ensaios, são estabelecidos índices de consumo e de desempenho para cada categoria de equipamento. Somente os produtos capazes de atingir os índices instituídos recebem o Selo PROCEL.

O Selo PROCEL é importante referência avaliativa de produtos elétricos adquiridos pela Administração Pública. Não por menos, os mais diversos editais de licitações estatuem preferência à compra de equipamentos detentores da certificação em comento. A segurança garantida por aquele certificado é manifesta. Não há, hoje, no Brasil, melhor atestado de qualidade de equipamentos elétricos do que o Selo PROCEL de Economia de Energia.

O Tribunal de Contas da União considera legítimas as exigências editalícias de distintivos de eficiência energética nos equipamentos a serem adquiridos pela Administração Pública, desde que não haja vinculação a certificações específicas. Esse foi o entendimento registrado no Acórdão TCU n.º 1305/2013-Plenário, referente a julgamento no qual se reputou “louvável” o intento de órgão público contratante “de adquirir aparelhos com níveis adequados de eficiência energética, em consonância com o objetivo de promover o desenvolvimento nacional sustentável, na forma prevista no art. 3º da Lei de Licitações.”

No Acórdão n.º 1752/2011-Plenário, o Tribunal de Contas da União, em sede de auditoria operacional das ações adotadas pela Administração Pública Federal quanto ao uso racional e sustentável de recursos naturais, recomendou à Eletrobras a ampliação de seu programa PROCEL EPP perante a Administração Pública Federal.



Além do mais, a mesma decisão recomendou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão incentivar “órgãos e instituições públicas federais a implantarem programas institucionais voltados ao uso racional de recursos naturais, [...]”. Notável, assim, a premência do cuidado com a natureza e com o uso dos recursos naturais, obrigação de todos, conjunto de ideias que tem nas instituições públicas valiosos meios de difusão.

A Constituição da República, em seu art. 37, XXI, [...], exige que haja igualdade entre todos os licitantes, porém isto não implica uma forma de igualdade tão absoluta que garanta à Administração a melhor contratação. Implica sim dizer que, em nome do interesse público, em função da necessidade de contratar empresas que reúnam as condições mínimas necessárias para o cumprimento do contrato a ser firmado, com a execução da obra com qualidade e no tempo esperado, a Administração pode e deve fazer exigências às empresas, dentro de critérios razoáveis e compatíveis com o objeto a ser contratado. Assim, assegura-se o cumprimento do Princípio da Isonomia, não de forma que todos possam participar do pleito, mas sim, de maneira que todos que reúnam determinadas condições e cumpra determinados pré-requisitos possam fazê-lo.

Esses requisitos devem ser estabelecidos, como já dito, em cada caso específico. Pertinente ao assunto sob análise, o Acórdão TCU n.º 1687/2013-Plenário aponta a existência de posicionamento pacífico na corte no sentido da possibilidade de a Administração Pública exigir determinada norma como critério de qualificação técnica. Outrossim, explana-se no decisum que dita força de exigência liga-se ao poder discricionário do administrador. A ligação da faculdade da Administração Pública estabelecer requisitos de qualificação técnica estar ao poder discricionário do administrador deve-se à necessidade de o agente possuir liberdade para avaliar quais critérios são úteis em cada situação concreta. É graças a essa licença que o administrador pode selecionar, em cada caso, quais são os melhores critérios a serem exigidos, sempre objetivando atender o interesse público da melhor maneira possível. Se não fosse assim, muito limitadas seriam as escolhas dos gestores, que restariam presos a opções predeterminadas, dificultando a persecução do interesse público nas contratações de bens e de serviços.



Os critérios avaliativos para concessão do Selo PROCEL de Economia de Energia são rigorosos e precisos, o que justifica a tranquilidade com a qual a certificação é acolhida e respeitada em âmbito nacional. Se não pudessem contar com a certificação sob análise, os órgãos públicos teriam inúmeras dificuldades para avaliar a qualidade dos equipamentos elétricos necessários ao desempenho de suas atividades, sujeitando-se a adquirir produtos ineficientes.

A exigência do Selo PROCEL na presente licitação para aquisição de Luminárias Públicas de LED é imprescindível para que a Administração Pública não se veja obrigada a adquirir, em certames do tipo menor preço, equipamentos de qualidade sabidamente ruim. Essa eventualidade há de ser evitada, pois representa perigos e prejuízos tanto sob o aspecto financeiro quanto sob o de segurança. A necessidade de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é guiada pelo princípio da eficiência, norma de observância obrigatória por todos os entes públicos, conforme determina o caput do artigo 37 da Constituição da República de 1988.

O conteúdo do princípio em comento impõe ao agente público fazer o máximo com o menor gasto possível de recursos, sobretudo os econômicos, sabidamente escassos.

Posto todo o exposto, **será mantida a exigência do Selo PROCEL** de economia de energia para as Luminárias Públicas de LED.

Itarana-ES, 08 de outubro de 2025

Assinado por JOSIL CARLOS
GALAZZI 088.***.***-**
MUNICIPIO DE ÍTARANA
08/10/2025 07:50:12

JOSIL CARLOS GALAZZI

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Portaria Nº 008/2025

